

Como contam os narradores: estratégias argumentativas em narrativas da Agência Pública¹

Karolina de Almeida Calado²

Heitor Costa Lima da Rocha³

Resumo

O presente artigo objetiva compreender as estratégias narrativas utilizadas pelo narrador para conduzir o leitor a determinado efeito de sentido, o que deve ser concebido de forma sempre situada num determinado contexto com a sua específica ordem de discurso. Como objeto, escolheu-se matérias sobre a temática “Criança e água” da Agência Pública de Jornalismo Investigativo que foram contempladas pelo projeto de financiamento coletivo, para avaliar esta produção jornalística em relação à desenvolvida pelos grandes portais e mídias convencionais. Na análise deste objeto empírico, recorreu-se ao modelo pragmático proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), bem como às reflexões de Habermas (1997), Castells (2000, 2009), Bourdieu (2003) e Sádaba (2001) sobre os condicionamentos ideológicos exercidos sobre a produção jornalística.

Palavras-chave: Narradores. Financiamento coletivo. Estratégias narrativas. Análise pragmática.

1. Introdução

A discussão sobre até aonde vai um locutor para persuadir seu interlocutor não é recente. No livro “Poética”, Aristóteles já apresenta tal preocupação conforme aborda Motta (2013). No âmbito jornalístico, mais atual, portanto, surgiram várias escolas no século passado que investiram em pesquisas para entender o processo comunicativo da indústria cultural, da persuasão dos grandes meios sobre os indivíduos ou mesmo do silêncio dos indivíduos em meio à multidão. Buscando respostas sobre a comunicação narrativa, Luiz Gonzaga Motta desenvolve análise sobre as narrativas jornalísticas contemporâneas a partir da perspectiva pragmática.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 - Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, com bolsa Capes.

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

Seu modelo de análise foi útil nesta pesquisa, a qual teve como objeto, narrativas jornalísticas financiadas pela lógica *crowdfunding* da Agência Pública de Jornalismo Investigativo⁴. Coletou-se todas as reportagens referentes à temática “Criança e água” possíveis graças ao financiamento na plataforma Catarse⁵. Ao todo, somam-se oito matérias que abordam as diversas realidades das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste: o racionamento de água nas escolas de São Paulo; a escassez de água e o exagerado uso do cloro no Ceará; a falta de saneamento básico na Ilha dos Marinheiros, em Porto Alegre; o cuidado com o rio São Francisco pelas comunidades que moram na sua margem *versus* os projetos de irrigação e a falta de demarcação de terra; o desengano de pessoas que viram suas comunidades sendo devastadas por conta da construção desordenada de hidrelétricas e o alto preço das tarifas de água somado ao uso exagerado do cloro na região Norte.

Após leitura das reportagens acima citadas, procurou-se analisar e esquematizar todos os traços marcantes do narrador no texto, a fim de mapear suas pistas estratégicas para produzir no leitor um determinado efeito de sentido, já que se questiona neste trabalho quais táticas de convencimento são utilizadas nas narrativas jornalísticas, seja consciente ou inconsciente, para conduzir o leitor ao sentido desejado.

Procurou-se esquematizar os dêiticos espaço-temporais que funcionam como âncoras das narrativas, as figuras de linguagem, as personagens envolvidas e suas falas, os dados utilizados, a narração em primeira pessoa do singular ou do plural ou traços subjetivos.

Perceber as narrativas jornalísticas como resultado de enquadramentos de práticas criadas socialmente, na ação comunicativa, ilustrando a força do poder simbólico, da hierarquização das personagens ou dos argumentos a partir do capital social é também uma das propostas apresentadas neste trabalho (HABERMAS, 1997; CASTELLS, 2000, 2009; BOURDIEU, 2003 e SÁDABA, 2001). Neste sentido, faz necessário salientar que, a despeito de sua autocompreensão normativa de que deve agir sempre em consonância com as galerias da opinião pública, a mídia noticiosa

⁴ Site da Agência Pública. Disponível em: < www.apublica.org > Acesso em 06 de março de 2016.

⁵ Site da plataforma Catarse de financiamento coletivo. Disponível em: < <https://www.catarse.me/> > Acesso em 06 de março de 2016.

geralmente contempla quase de forma exclusiva os sentidos produzidos pela estrutura de poder, contribuindo de forma decisiva para a crise estrutural de sentido (BERGER; LUCKMANN, 2004) e suas consequências anômicas para a coesão social e agravamento dos potenciais de conflito e violência na vida social.

enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (HABERMAS, 1997, p. 114)

No entanto, a tendência predominante desta comunicação sistematicamente distorcida, imposta verticalmente de cima para baixo, pode em situações especiais ser alterada para contemplar as demandas da sociedade civil, dos indivíduos e dos movimentos sociais da periferia por mais sentido e legitimidade na ordem institucional, o que constitui um argumento contundente contra o ceticismo das visões deterministas.

nas esferas públicas políticas, mesmo nas que foram mais ou menos absorvidas pelo poder, as relações de forças modificam-se tão logo a percepção de problemas sociais relevantes suscita uma consciência de crise na periferia. E se nesse momento atores da sociedade civil se reunirem, formulando um tema correspondente e o propagarem na esfera pública, sua iniciativa pode ter sucesso porque a mobilização endógena da esfera pública coloca em movimento uma lei, normalmente latente, inscrita na estrutura interna de qualquer esfera pública e sempre presente na autocompreensão normativa dos meios de comunicação de massa, segundo a qual os que estão jogando na arena devem a sua influência ao assentimento da galeria. (HABERMAS, 1997, p. 116)

Quando o mundo da vida racionalizado favorece a formação de uma esfera pública inclusiva e democrática, com forte apoio numa sociedade civil, é possível perceber algo que o ceticismo não vê e as posições autoritárias se empenham em tentar esconder: “a autoridade do público que toma posição e se fortalece no decorrer das controvérsias públicas” (HABERMAS, 1997, p. 116). Para consecução desta auspiciosa situação progressista, a produção do webjornalismo pode se revestir de uma expressiva

força contrafactual à situação de manipulação alienante promovida pela mídia noticiosa convencional e dos grandes portais.

2. Revisão de literatura

A Rede Mundial de Computadores tem sido um meio utilizado por veículos de comunicação para levar conteúdo diferenciado para vários públicos e ainda gerar audiência nos meios conhecidos como tradicionais, a exemplo do rádio e da televisão. Nesse ambiente conhecido como ciberespaço, as narrativas jornalísticas se diferenciam das demais por conta da maior possibilidade de interatividade e instantaneidade, além do mais, por novas e diversas atuações dos atores nesse espaço. Nem todos possuem a mesma visibilidade, a mesma popularidade, a mesma audiência, ao contrário da impressão de igualdade que se previa inicialmente quando se vislumbrava que a rede significaria uma comunicação de todos para todos. Mas a figura ou o conteúdo que se torna interessante para o público pode ser difundido para bilhões de pessoas em todo o planeta. Porém, o que é relevante em meio a tanta informação? Como os meios decidem o que tornar notícia? Questões ideológicas podem ser uma das respostas, atender ao que almeja a audiência pode ser outra resposta e, ainda, é possível responder que o enquadramento, inerente a todo ser humano, possibilita a determinados conteúdos aparecerem de modo muito peculiar.

Tereza Sádaba (2001) enfatiza as possibilidades de enquadramento não apenas nos repórteres construtores da notícia, mas por todos os indivíduos, sendo necessário para compreensão de qualquer ideia. No entanto, ela afirma que o repórter consegue repassar uma informação de modo mais inteligível. Semelhante ponto de vista se encontra em Berger e Lukmann (1995) a partir da associação das tipificações e do senso comum de Shutz, quando as pessoas também possuem capacidade subjetiva e objetiva de tipificar, enquadrar e colaborar na construção social da realidade.

O que se defende é que mesmo que o indivíduo seja direcionado pelo produtor da notícia, com diferentes interesses dos narradores conforme Motta (2013) ressalta, mesmo ocupando diferentes espaços na internet ou no âmbito da sociabilidade a partir

de diferentes capitais sociais, é o indivíduo que interpreta, que finaliza a compreensão da narrativa a partir de sua cognição (MOTTA, 2013; CASTELLS, 2009).

2.1 As narrativas financiadas pelo público e a discussão sobre esfera pública de Habermas

Diferentemente do jornalismo feito pela grande mídia, manipulado por pressões comerciais e políticas desde o século XIX (HABERMAS, 1984), o compromisso das novas narrativas, cuja receita é oriunda do público interessado no projeto ou na temática, demonstra ser centrado na discussão estimulada pelo coletivo. Marcela Donini (2014) enfatiza que o jornalismo tem que ser de interesse público, diferentemente de ser de interesse do público.

A autora argumenta que alguns temas omitidos pela imprensa encontram espaço nas plataformas de financiamento coletivo: “ou seja, iniciativas de *crowdfunding* podem pluralizar a temática de reportagens jornalísticas; mais do que substituir o jornalismo que se faz hoje, essas iniciativas contribuem para uma sociedade mais democrática” (DOMINI, 2014, p. 26-27).

Nesse sentido, Habermas (1984) enfatiza a fundamental colaboração do jornalismo na apresentação de temas que merecem ser debatidos no espaço público, a fim de que se possa provocar alguma mudança social ou contribuir com a sociedade civil na construção da opinião pública. A partir da ideia de esfera pública e de democracia deliberativa, Habermas elenca algumas questões:

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los, e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 1997, p. 91)

A discussão pública e aberta pode levar a uma tematização, sensibilidade política para que algumas providências sejam tomadas por parte dos governantes.

A título de compreender a esfera pública, Habermas (1997) a descreve como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

O diálogo entre a sociedade civil e a imprensa pode pautar diversas demandas do público, muitas vezes perdidas entre as várias questões desarticuladas na internet. A rede mundial de computadores só se torna um espaço rico de debate quando usada de forma séria e democrática, assim sendo, é um oportuno espaço para a prática jornalística: “a esperança para uma comunicação democratizada e um espaço público participativo está cada vez mais no avanço da inclusão digital e nos blogs, sítios de relacionamento, redes sociais virtuais, twitters e sítios de informação e entretenimento” (LIMA, 2010, p. 139).

3. Metodologia

Conforme ressaltado anteriormente, a análise aqui desenvolvida se deu a partir do modelo proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013) em seu livro *Análise Crítica da Narrativa*. Ele orienta que é possível observar pelo menos sete movimentos nas narrativas envolvendo a intriga, a lógica do paradigma narrativo, os episódios, o conflito dramático, a personagem, as estratégias argumentativas e a metanarrativa (pano de fundo, a fábula, a moral da história ou a discussão ética). Interessou abordar nesse trabalho, especificamente o movimento das estratégias argumentativas.

Foram separadas oito reportagens financiadas pelo coletivo no site da Agência Pública, as quais foram publicadas nos meses de julho, agosto, setembro e novembro de 2015. Após leitura e releitura das mesmas, procurou-se esquematizar as citações das fontes que se tornam personagem, além de personagens envolvidas diretamente na narrativa, já que “ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade, por que o leitor supõe que elas produzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar” (MOTTA, 2013, p. 201-202).

Foram destacados os dados numéricos, nomes de instituições, entre outros. Uma vez que “a *identificação sistemática* de lugares (onde) e de personagens (quem) também cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verdadeiras, realisticamente situadas” (MOTTA, 2013, p. 202).

Necessário também foi perceber as figuras de linguagem utilizadas e em que pessoa falava o narrador.

4. Descrição dos objetos

4.1 A agonia de Salto da Divisa

Em virtude do espaço, haverá neste momento do trabalho a seleção dos pontos mais importantes observados. A primeira reportagem da série sobre criança e água tem como título “A agonia de Salto da Divisa”. Esse texto relata o sofrimento de famílias que dependiam da água ou da terra como meio de sobrevivência por meio da pesca, da lavagem de roupa ou da extração do barro e tiveram suas atividades interrompidas graças à construção de hidrelétricas.

No primeiro parágrafo do texto, tem-se uma breve descrição espaço-temporal, a qual Motta (1013, p. 202) denomina de “dêiticos” espaço-temporais, neste exemplo, destaca-se o dia em que foi feita a matéria.

2015. Numa tarde de sexta-feira de abril, na sala da sua casa em Salto da Divisa, Minas Gerais, Reinaldão relembra como, 18 anos antes, a empresa Odebrecht iniciou o levantamento para a construção da barragem da hidrelétrica de Itapebi, seguida pela Engevix Engenharia, responsável pelos estudos de impacto ambiental. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Aqui a primeira citação vem com um tom de desengano, expressada pela personagem Reinaldo Oliveira, extrator de pedra e areia. “Um pessoal da Engevix veio aqui para cadastrar as pessoas que iam ser atingidas pela barragem. Eles cadastraram uma parte e disseram que iam voltar para cadastrar o restante depois, mas não voltaram foi nunca” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

No segundo parágrafo, a narradora em tom afirmativo incorpora os fatos como se fossem testemunhas do acontecido. Introduzindo, inclusive, adjetivos a exemplo de maior e melhor “Os engenheiros chegaram em 1997 prometendo o progresso. As ruas seriam asfaltadas, um calçadão na beira do rio seria construído, a cidade ia ter a maior e melhor praia de água doce do país, uma pousada de alto luxo hospedaria os futuros turistas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Estrategicamente, a narradora dispõe as falas das personagens de modo a corroborar com o que tem defendido no texto. “Eles

prometerem que todo mundo ia ficar rico, ia ter fazenda, ia ter área de lazer. Só que ela não cumpriu com o dever.” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Em seguida, há acusação e, logo, uma comprovação a partir de documento.

A Engevix Engenharia não registrou no EIA que a cachoeira seria alagada. “Com o enchimento do reservatório e o início da operação da usina, o cenário paisagístico local deverá ser sensivelmente modificado. A estrutura da barragem, a ampliação dos acessos ao local do eixo e o lago formado representarão novos pontos de referência cênica para a população local. Por outro lado, os trechos encachoeirados, denominados de Tombos, serão parcialmente afetados. Isto é, o nível d’água do reservatório de Itabebi irá atingir os trechos dos Tombos próximos ao mirante da prefeitura de Salto da Divisa junto à rua Clemente Martins. No entanto, as quedas d’água de maior expressão não serão afetadas”, diz o documento. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narradora faz uso de links que direcionam o leitor à proposta sancionada pelo prefeito, declarando a cachoeira do Tombo da Fumaça e adjacências como “Área Paisagística Natural Notável”. Outro traço a ser destacado é o tom irônico no texto, desta vez expressado pela palavra novela. Ao destacar que não levou muito tempo para a lei ser revogada, a narradora acrescenta:

A novela se repetiu na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em novembro de 1999, os deputados estaduais votaram a favor de outro projeto que transformava a cachoeira do Tombo da Fumaça em “patrimônio paisagístico e turístico do Estado. A alegria dos saltenses, no entanto, durou pouco. Com o lobby das empreiteiras, o parlamento mineiro também revogou a lei. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Agora em tom de convencimento, a narradora faz uso de metáfora para sensibilizar o leitor sobre a situação. “Até hoje, pescadores, lavadeiras e extratores de pedra e areia aguardam ações que possam amenizar a morte do rio que tirou o trabalho, o lazer e a alegria do povo da cidade” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Além de algumas acusações, a narradora se apropria do discurso da vítima, trazendo para o texto um tom dramático, a exemplo da frase “a barragem acabou com o ofício de Reinaldão” e do seguinte trecho:

O projeto foi apresentado à população em 1997 durante reunião pública. Estimava que 50 famílias e 240 pessoas seriam atingidas. Mas, no ano seguinte, os saltenses descobriram que o projeto havia sido alterado e que o grupo espanhol Iberdrola já estava com a

Licença Prévia em mãos, concedida pelo Ibama. As mudanças previam o fim de todas as cachoeiras e ampliavam o número de atingidos para 100 famílias, ou 500 pessoas. Sem ter sido consultada, a população reagiu. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A arte de ignorar a natureza

Trata-se aqui de uma continuidade em relação à reportagem anterior. O início da reportagem contém a descrição do momento em que foi feita a reportagem. “Sentados em uma mesa da casa do extrator de pedra e areia Reinaldo Oliveira, o Reinaldão, os três contam como foi a chegada da hidrelétrica de Itapebi, em Salto da Divisa, Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Mais uma vez, percebe-se o uso dos dêiticos para situar os leitores no contexto de realização da reportagem, o que Motta (2013) denomina de referencialidade: “na narrativa jornalística, o seu abundante uso demarca o tempo e o lugar da enunciação, situa, referencia e confere confiabilidade” (*op. cit.*, p. 202).

Vê-se também o uso de adjetivos por parte da narradora, o que explicita sua subjetividade. “Mas o que sobrou dele depois da construção da barragem, em 2003, foi um grande lago *sujo*, infestado de aguapé, planta que se espalha em águas poluídas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015, grifo nosso).

No segundo parágrafo do texto, há denúncias e mais investimentos por parte da narradora no sentido de formatar a *persona* da personagem Engevix. A construção do drama é feito de modo a permitir que leitores tenham acesso ao que há de mais sombrio, desenvolvendo, portanto, a *persona* do anti-herói. “A empresa que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica – que omitiu o alagamento de cachoeiras, subestimou o número de trabalhadores atingidos pela barragem e não previu a interrupção da pesca – é conhecida do público. Foi a Engevix Engenharia S.A.” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). No quarto parágrafo, a Engevix é associada à Operação Lava Jato.

Um dos subtítulos da matéria traz outra pista que mostra a estratégia para orientar a compreensão do leitor, ao fazer uso da palavra dissimular: “O mercado de dissimular impactos ambientais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Exclusivo: testamos a água do maior reservatório do Ceará

A narradora se coloca em primeira pessoa do plural.

Em nossa primeira parada, nos deparamos com o açude do Patu, localizado no município de Senador Pompeu, um *reservatório agonizando*, com apenas 10% da sua capacidade e uma capa de lodo sobre as águas. (...) Questionando se a água é própria para o consumo, descobrimos que não há dados públicos sobre isso. O governo se nega a publicar as análises rotineiras feitas na água. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015. Grifo nosso)

Este é um tipo de matéria diferenciada, em que as a própria narradora contracenam na narrativa. Eles se colocam como fonte. Expressa preocupação a respeito do fato narrado e conta a sua versão da história em primeira pessoa do plural.

Por meio de uma parceria com os laboratórios de Geologia Marinha Aplicada e Microbiologia de Alimentos, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC), resolvemos tirar a prova. Levamos para análise amostras das águas dos açudes do Patu, Pedras Brancas e Castanhão – este último o maior do Estado, responsável também por abastecer a capital, Fortaleza. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

O resultado negativo é ilustrado por meio de gráfico que também procura impactar os leitores em relação aos dados.

Nem água nem terra

Com uma linguagem subjetiva, os narradores iniciam o texto. “As crianças encharcadas de meninice nos convidam a brincar no São Francisco, no norte de Minas Gerais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Além da subjetividade explícita, há também a escolha das falas das personagens a serem incluídas na reportagem, que, no exemplo a seguir, trouxe dramatização ao texto. “O rio significa para mim a minha vida. Sem o rio não sou ninguém” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Visível também é o uso da figura de linguagem pelos narradores para se referir à relação das comunidades que moram à margem do rio São Francisco com o mesmo. “Nessas comunidades, o rio é parte da casa e da vida de cada um” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

A dramatização pode se dar por meio das personagens ou pela própria pessoa dos narradores, conforme o exemplo a seguir:

Para os vazanteiros, o projeto Jaíba é sinônimo de temores. Pouco se sabe das consequências do desvio de águas de um rio em crise, do qual necessitam para sua sobrevivência. Além disso, sua atuação já deixou marcas na vida do povo das vazantes. Em sua política compensatória, o projeto significou a expulsão do seu território tradicional, quando dezenas de famílias vazanteiras tiveram de sair para que fossem criadas Unidades de Conservação. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Ainda no “projeto dramático”, os narradores finalizam a reportagem procurando sensibilizar o leitor por meio de um questionamento sobre o futuro da consciência das crianças vazanteiras:

Será que elas, quando adultas, ainda levarão os saberes transmitidos no modo de tirar vida da água, contando lendas sobre o “cumpadre”, firmando os pés em seu território, se reconhecendo como seus pais se reconheciam? Será que – como o rio São Francisco – irão resistir? (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

O preço da água

A água é associada ao sentido de algo “caro e perigoso”. Ao contextualizar o leitor acerca da situação encontrada, a narradora explica que os moradores da região Norte do Brasil precisam administrar o pouco dinheiro para poder comprar comida e pagar a conta de energia. Explicitamente, expressa o juízo de valor fazendo uso de metáfora. “A saída é gerenciar a economia doméstica, em uma eterna corda bamba, que onera sobretudo as crianças” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

De modo estratégico, a fala de uma das representantes do “outro lado” da narrativa vem apresentar um distinto ponto de vista, contribuído ainda mais para a construção do sentido da personagem anti-herói.

Não há no Pará uma agência reguladora que discuta com a prefeitura e com a população os valores. Eu, daqui, tenho que garantir que minha empresa continue funcionando. Somos uma companhia privada e visamos ao lucro. Não adianta ser hipócrita”, diz uma das engenheiras da empresa, que teve a identidade preservada. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narração em primeira pessoa do singular expõe a pretensão do locutor de provocar uma sensibilização em relação ao leitor/interlocutor.

A notícia da chegada de duas pessoas de São Paulo correu depressa na zona rural do pequeno município de São João do Araguaia. Famílias inteiras saíam de suas casas de madeira, ultrapassavam o quintal de terra batida e esperavam junto às cercas de madeira ou arame farpado, em um modelo de construção quase padronizado no local. Nas mãos, tinham as contas de água dos últimos meses, anexas aos avisos de corte do abastecimento. No rosto, uma clara esperança de resolver o problema que tira o sono – e sustento – de crianças e adultos da cidade: o valor a ser pago pela água. “Não... Nós não somos da Odebrecht. Eu sou repórter e ele é fotógrafo.” A apresentação decepcionava aqueles que aguardavam uma resposta para o problema. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A dramatização continua ao trazer para o texto um senso de justiça ou indignação como se a narradora se revestisse da função de fonte. “Quem não consegue bancar o preço da água recorre a fontes alternativas, e pouco seguras, como os rios da bacia amazônica e poços artesianos – onde muitas vezes a água, mal armazenada e sem tratamento, oferece riscos pela presença de micro-organismos nocivos à saúde” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Hoje não tem água nem aula

Este texto se refere à falta d’água devido ao racionamento do seu abastecimento na região Sudeste nos anos 2014 e 2015. O título resume as reclamações de alunos, mães, avós ou especialistas inseridas na reportagem. Inclusive, essas vezes surgem no primeiro parágrafo do texto: “Tem dias que eles são dispensados. A gente mal é avisado se vai ter reposição depois ou se ficarão com falta. Os dois reclamam do fedor no banheiro e contam que às vezes a professora pede para segurar o xixi. Não é um absurdo?” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Como observado na descrição de algumas reportagens anteriormente, há casos em que a narradora utiliza os dêiticos a fim de promover a referencialidade e provocar a aproximação do real e “veracidade” jornalística. No exemplo a seguir, tem-se o dêitico espaço temporal: “Era final de junho, última semana antes das férias, e elas tinham uma

reclamação na ponta da língua: a falta de água constante na escola” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

No segundo parágrafo da referida reportagem, observa-se o uso do adjetivo “inadequado” associado à fala de uma profissional especialista no assunto. Essa personagem possui uma função argumentativa, segundo Motta (2013), que contribui para tornar a versão da história verídica.

A escola adotou medidas emergenciais, como pedir que os alunos tragam garrafinhas de água potável e servir a merenda seca, ou seja, composta de alimentos que não precisam ser cozidos, como biscoitos ou bolos prontos. Inadequada à saúde e ao desenvolvimento das crianças conforme explica a nutricionista Lígia Henriques: “Há risco de constipação intestinal e obesidade e desnutrição, pois são alimentos pobres nos nutrientes necessários na infância”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narradora também desenvolve um senso de justiça no texto, expressando indignação. “O poder público tem como obrigação legal garantir o abastecimento das escolas e impedir qualquer prejuízo aos alunos, como a perda de aulas, além de afirmar a prioridade do direito das crianças estabelecida pela Constituição”.

No segundo parágrafo desenvolve uma função testemunhal, como se tivesse observando aquela realidade e tivesse autoridade suficiente para descrevê-la, além de usar novamente os dêiticos espaço-temporais: “A 15 quilômetros dali, Viviane* (nome fictício) dá aulas de História na E.E. Dona Genoefa d’Aquino Pacitti, no Jardim Palmira, entre Guarulhos e São Paulo. Desde o começo do ano, as torneiras secam dia sim e dia não” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Dando continuidade ao relato com ênfase subjetiva, apropria-se do termo triste para descrever o panorama hídrico paulista que tem afetado diretamente as crianças. “O triste cenário de escassez de água e precariedade de recursos para resolver o problema se repete em escolas de outras regiões da capital e de vários municípios paulistas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Ilha dos Marinheiros: à margem de Porto Alegre

Esta reportagem se desenvolve no intuito de sensibilizar os leitores, ao descrever personagens apresentando seus sonhos. “Kainã quer ser médico. Diuly tem vontade de ser bailarina. Gabriel pensa em ser policial. Zilá quer ter um *pet shop*. Ketlyn tem sonhos de modelo. Juntos, eles são artistas, músicos, cantores e até recitam poema” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Além da dramatização muito nítida nesta reportagem, há traços da subjetividade, a exemplo do advérbio “infelizmente”. “Maria Eduarda Trindade, de apenas 3 anos, já segue os passos da irmã. Queria vestido rodado na festa junina para a dança ficar mais bonita. Infelizmente, ela também começa a sofrer com as doenças respiratórias” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Caminhões-pipa no Ceará entregam água imprópria à população

O texto começa com a dramatização da seca no Ceará, dando ênfase a fala de uma das personagens da matéria. Em seguida, a narradora a descreve de modo subjetivo, mais uma vez, inserindo dêiticos espaço-temporais. “Olhos verdes, mãos grossas e pele castigada do sol, ele se lembra com tristeza das secas que ultrapassou. Hoje, debaixo dos juazeiros e ao lado dos dois cachorros, da esposa e de uma das filhas, Manoel observa os dias, ele tenta driblar o quarto ano de estiagem” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Chama atenção também a frase afirmativa da repórter, que, ao incorporar o papel de fonte, atribui efeito de sentido real a narrativa. “Os carros-pipa são um sistema alternativo de abastecimento coletivo e funcionam desde 2012, como política emergencial dos governos estadual e federal. Porém, nunca houve nenhum investimento para tratar essa água” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Resultados e discussão

Os narradores se utilizam de dados, leis e links para desenvolver o aspecto verídico, efeito de real, da reportagem. Em todas as narrativas analisadas se percebe o uso de links que direcionam o leitor para documentos que comprovam o que o repórter

está observando, sejam leis sancionadas, tabelas com números divulgados em sites dos próprios anti-heróis da narrativa, trechos de teses ou dissertações, ou reportagens em outros sites de notícias; ao todo, somam-se 42 links. Outro recurso percebido que desenvolve o efeito de real é a imagem: contabilizaram-se 32 em todos os objetos, além de quatro vídeos, dois gráficos e um mapa. “O abundante uso de números e estatísticas nas narrativas jornalísticas confere também precisão ao relato (idade, quantias, volumes, porções, dimensões, etc.). São, igualmente, estratégias de linguagem cujo objetivo é repassar uma ideia de rigor, veracidade” (MOTTA, 2013, p. 202).

Nas personagens, é possível identificar os heróis, os anti-heróis e aqueles que participam da narrativa para dissimular a mediação, são as fontes-personagens, representantes de empresas ou governos, e especialistas, os quais conferem autoridade para falar sobre o assunto tratado no texto. Conforme se ressaltou anteriormente, o uso dessas falas de forma hierárquica diz muito sobre as estratégias argumentativas do narrador. Os trechos das falas escolhidos nos momentos da edição não são objetivos, são subjetivos. O espaço desigual das vozes inseridas no texto também é subjetivo.

É pertinente também destacar outros aspectos que expressam a subjetividade do narrador, a exemplo dos dêiticos espaço-temporais, figuras de linguagem, dos advérbios, dos adjetivos e da construção da narrativa em primeira pessoa, seja do singular ou do plural. Todas essas pistas expressam o efeito de sentido desejado por quem narra, de modo consciente ou inconsciente.

Outro aspecto presente nas narrativas analisadas é a dramatização. Todas elas falam da mesma temática “Criança e água”, sendo que cada uma trabalha com uma determinada perspectiva desse assunto. O que elas têm em comum? A sensibilização ao relatar os casos, procurando expor as histórias de pessoas envolvidas nas narrativas, o que gera sentimentos como indignação, identificação, emoção, entre outros.

Conclusão

O modelo de análise pragmática proposto por Motta (2013) trouxe contribuições importantes para execução deste trabalho. Considera-se pertinente o

estudo da narrativa por ser capaz de diagnosticar o jogo da encenação dramática no jornalismo, o qual constrói a *persona* das personagens e direciona a perspectiva dos interlocutores. Deixando claro que a construção da narrativa termina no interlocutor. Pela compreensão da narrativa é ele o responsável.

A partir da narrativa, como ressalta Luiz Gonzaga Motta (2013), é possível discutir o espaço social e o jogo do poder simbólico, a luz de Bourdieu, ou ainda entender os limites e as possibilidades da ação comunicativa no mundo da vida, evidenciando de forma significativa como a produção do webjornalismo realizado através de financiamento próprio pode representar um considerável esforço contra-hegemônico.

Referências

BERGER, P. I., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CANAVILHA, João. Do *gatekeeping* ao *gatewacher*: o papel das redes sociais no ecossistema midiático. In: Congresso Internacional Comunicación 3.0, Universidade de Salamanca, II, Salamanca, 2010. Anais... 2010. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

DONINI, Marcela. **A vaquinha não foi pro brejo: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo**. Porto Alegre: Farol, 2014.

ESTEVES, João Pissara. **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 6ª ed. Rio e Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia.** São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

TRASEL, Marcelo. Prefácio. In: DONINI, Marcela. **A vaquinha não foi pro brejo: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo.** Porto Alegre: Farol, 2014.

SÀDABA, Teresa. Origen, aplicacion e limites de la “teoria del encuadre”. **Comunicación y Sociedad.** V. XIV, n. 2, p. 143-175, Pamplona, 2001.